

CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR COMO DISPOSITIVOS DE SABER E DE PODER

Clayton Cesar de Oliveira Borges
Rubens Antonio Gurgel Vieira
Vitor de Castro Melo

RESUMO

O objetivo para este grupo de discussão é problematizar alguns elementos do campo pedagógico da Educação Física a partir do conceito foucaultiano de dispositivo, comentado por Deleuze e ampliado por Agamben, e aqui compreendido como práticas discursivas heterogêneas entrelaçadas em rede como forma de sustentação de textos socioculturais dados como naturais; consideramos os currículos da Educação Física Escolar, conforme discriminados em Neira e Nunes (2009), como dispositivos capazes de acionar redes de poder que controlam os saberes e subjetivam sujeitos escolares, alinhando os objetivos curriculares diversos da área ao projeto de mundo desenhado anteriormente. Uma vez que as especificidades curriculares da Educação Física estão amplamente discutidas, a proposta é debater as estratégias do cotidiano escolar presentes em alguns dos currículos que acionam o dispositivo curricular, colocando em curso práticas discursivas específicas alinhadas a uma determinada visão de sociedade. Também tencionamos vislumbrar possíveis práticas de liberdade, entendidas como a compreensão do sujeito acerca dos dispositivos que o cercam e subjetivam.

Palavras-chave: dispositivo; currículo; práticas de liberdade.

INTRODUÇÃO

Aspiramos por meio desta proposta incitar as professoras e os professores participantes do grupo de discussão a refletirem a respeito de *práticas de liberdade* (FOUCAULT, 2004) ou profanação (AGAMBEN, 2009) frente às tramas de subjetivação em voga nos dispositivos curriculares.

Tais práticas remetem as ações pedagógicas que permitam aos sujeitos da educação o reconhecimento das relações entre saber e poder, o que permite um *cuidado de si* e uma *constituição ética* (FOUCAULT, 2004) menos determinada pelas forças hegemônicas.

Para tanto, se faz necessário de forma prévia um mergulho no conceito de dispositivo a partir das discussões foucaultianas, comentadas por Deleuze, e como se deu a ampliação pelo filósofo italiano Agamben.

Dispositivo em Foucault, Deleuze e Agamben

Para Foucault (2014b), dispositivo é um conjunto muito diverso de estratégias, como discursos, instituições, estrutura física, leis, regras e normas morais, enunciados científicos e tantas outras possíveis que, agindo conectado a outras estratégias formam uma rede que captura e subjetiva o sujeito. Há uma definição clássica do autor, dada em entrevista:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2014, p. 244).

Entretanto, Dreyfus e Rabinow (1995) alertam que o conceito não é tão simples, e a forma como foi utilizado ao longo da obra de Foucault é bem complexa. Para os autores, dispositivo trata das práticas que funcionam como aparelhos, constituindo os sujeitos e os organizando. A ideia de aparelho será explorada na sequência, ampliada para uma concepção de máquina. Máquina de subjetividades.

Deleuze (1990) continua com a ideia de rede anteriormente citada, comparando-a a um novelo, um conjunto multilinear que não delimita homogeneidades, mas segue em diversas direções formando processos desequilibrados e passíveis de mudança de direção. Comentando Foucault, a visão deleuziana coloca saber, poder e subjetividade como cadeias de variáveis, vetores que tencionam e são tencionados dentro um dispositivo. Este, por sua vez, é uma máquina de fazer ver e falar – o que ele denomina de regime de luz e regime de enunciação. Além destes aspectos, um dispositivo possui e está sempre envolto em relações de força, pois está sempre imerso numa dimensão do poder, e possui linhas de subjetivação, quando as tensões voltam para o próprio sujeito. Nas palavras de Deleuze (1990, p. 04):

[...] os dispositivos têm, então, como componentes linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de ruptura, de fissura, de fratura que se entrecruzam e se misturam, enquanto umas suscitam, através de variações ou mesmo mutações de disposição.

As consequências do trabalho a partir do conceito de dispositivo, de acordo com o que foi afirmado, é a impossibilidade do trabalho com universais. Se cada dispositivo é uma

multiplicidade, o sujeito universal é uma fábula. Somos todos constituídos por máquinas contextuais, históricas e contingentes.

Efetuada uma genealogia do termo em voga, Agamben (2009) sugere que o termo dispositivo começa a ser usado por Foucault em *A arqueologia do saber*; porém, Foucault não utiliza o termo propriamente dito. Ao invés de dispositivo, o filósofo francês utiliza o termo “*positivité*” (positividade), que é etimologicamente próximo. Cabe destacar que positividade, para o filósofo francês, não se trata de uma visão maniqueísta, e sim um termo utilizado para destacar o caráter produtivo dos saberes.

Agamben (2009) aponta que o conceito de dispositivo se torna relevante nas análises sobre a governamentalidade empreendidas por Foucault em meados da década de 1970. Em entrevista publicada no terceiro volume de *Dits et écrits*, Foucault explicita o conceito:

[...] o dispositivo tem natureza essencialmente estratégica, que se trata, como consequência, de uma certa manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e combinada das relações de força, seja para orientá-las em certa direção, seja para bloqueá-las ou para fixá-las e utilizá-las. O dispositivo está sempre inscrito num jogo de poder e, ao mesmo tempo, sempre ligado aos limites do saber, que derivam desse e, na mesma medida, condicionam-no. Assim, o dispositivo é: um conjunto de estratégias de relações de força que condicionam certos tipos de saber e por ele são condicionados (*Dits et écrits*, v. III, p. 299-300 *apud* AGAMBEN, 2009, p. 28).

Não restam dúvidas que o filósofo italiano se inspira em Foucault para definir dispositivo, embora utilize nomenclaturas distintas. É certo, entretanto, que Agamben procura ampliar a noção elaborada inicialmente por Foucault. Na acepção de Agamben (2009), dispositivo pode ser definido como “[...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (p. 40).

Podemos dizer que a ampliação da noção em Agamben (2009) está diretamente relacionada com a diferença temporal em que os conceitos estão situados, ou seja, o teórico italiano considera dispositivos que Foucault não teria como ponderar como, por exemplo, o celular e a internet. Dessa maneira, o filósofo nos apresenta seu conceito espectral com relação ao processo de subjetivação característico dos dispositivos, pois devido ao ilimitado crescimento de dispositivos característicos da contemporaneidade, vivemos uma proliferação sem igual de processos de subjetivação, assim, não há um só momento que os sujeitos não sejam modelados, capturados, contaminados ou controlados por algum dispositivo.

Vale apontar que considerar a subjetividade com o apoio de Foucault requer continuamente considerar as possibilidades de resistência, de recusa, de contestação. Pensar as práticas de liberdade com Foucault (2004) não remete de modo algum à ideia moderna de liberdade e sua promessa emancipatória demasiadamente enunciada no ambiente educacional. Longe disso, trata-se precisamente de questionar e, eventualmente, recusar a governamentalização posta em circulação.

Com Agamben (2009) não é diferente. O autor se vale do conceito de profanação, que é o nome dado à estratégia de contraconduta que devemos adotar no nosso “corpo a corpo” com os dispositivos, pois a potência específica dos dispositivos está no “desejo demasiadamente humano de felicidade, e a captura e a subjetivação deste desejo, numa esfera separada [...]” (p. 44). Disso decorre que liberar o que foi capturado e separado por meio dos dispositivos e restituí-los a um possível uso comum é a definição estratégica que Agamben nos apresenta pelo conceito de profanação.

Currículo como dispositivo

Na perspectiva aqui adotada, a escola e suas técnicas de controle e disciplina são compreendidas como um dispositivo. Em *Vigiar e Punir*, Foucault nos traz um exemplo contundente de que o cenário educacional pode ser concebido como um dispositivo: “A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios” (FOUCAULT, 2014a, p. 144).

Nossa atenção se volta especificamente aos dispositivos curriculares de Educação Física escolar e seus possíveis efeitos na subjetivação dos sujeitos da educação, através de estratégias de saber-poder. Para tanto, nos apoiaremos nos estudos curriculares de Silva (2007), que classifica os currículos em tradicionais, críticos e pós-críticos; também nos apoiaremos em Neira e Nunes (2006, 2009) que distingue os currículos da Educação Física escolar a partir do trabalho de Silva.

Se focarmos o olhar, cada disciplina isoladamente funciona igualmente como um dispositivo, ou seja, o tamanho do recorte depende do quanto se quer seguir as conexões da rede. Esta base nos permitirá distinguir estratégias de subjetivação específica de cada visão

curricular, naturalizadas em muitos contextos da Educação Física brasileira, como as fartamente debatidas estratégias de seleção e exclusão do currículo esportivista (BRACHT, 2005).

Outras estratégias de outros currículos, no entanto, talvez não tenham sido tão bem levantadas. Diante disso, pretendemos questionar e discutir as estratégias de normalização e autogoverno presentes nos currículos psicomotor e saudável, tendo em vista que ambos tomam o corpo como objeto passível de aperfeiçoamento e esquadrinhamento, projetando, respectivamente, o sujeito integral e saudável. Por fim, intentamos coletivamente pensar em contracondutas frente às estratégias de subjetivação vigente nos dispositivos curriculares.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, G. **O que é um dispositivo?** In: O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009. p. 25-51.

BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. Ijuí: Unijuí, 2005.

DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: Foucault, M. **Ética, política, sexualidade**. Ditos e escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 264-287.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014a.

_____. O jogo de Michel Foucault. In: Foucault, M. **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Ditos e Escritos IX. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b.

NEIRA, M. G.; NUNES, M. L. F. **Pedagogia da cultura corporal**. São Paulo: Phorte, 2006.

_____. **Educação Física, Currículo e Cultura**. São Paulo: Phorte, 2009.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.